

RELATÓRIO

SEMINÁRIO DE LANÇAMENTO DO PROGRAMA CLEAR NORDESTE

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

O Centro de Aprendizagem em Avaliação e Resultados para a África Lusófona e o Brasil (FGV EESP Clear) é um dos seis centros regionais que compõem a Iniciativa Clear e assistem conjuntamente à Ásia, à África e às Américas. A Iniciativa Clear é ancorada na Iniciativa Global de Avaliação (GEI), projeto global coordenado pelo Banco Mundial e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que visa ao aperfeiçoamento de políticas públicas por meio do fortalecimento de capacidades e sistemas de Monitoramento e Avaliação (M&A). Mais informações sobre o FGV EESP Clear estão no Anexo 4.

O propósito do Seminário Regional, realizado nos dias 13 e 14 de julho de 2021, foi o de lançar o Programa Clear Nordeste. Este programa objetiva estabelecer uma articulação institucional para o desenvolvimento e implementação de sistemas e de capacidades em Monitoramento e Avaliação com foco regional no Nordeste do Brasil. Trata-se de uma parceria do FGV EESP Clear com a Universidade Federal da Bahia (UFBA), por meio de sua Faculdade de Economia, e com o Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde (CIDACS), vinculado ao Instituto Gonçalo Moniz (IGM) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) Bahia. O público alvo do programa são governos estaduais e instituições acadêmicas e da sociedade civil na referida região.

A Região Nordeste do Brasil concentra cerca de 30% da população brasileira, com 56,7 milhões de habitantes (IBGE, 2018). É formada por nove estados (entre as cinco regiões brasileiras, a com o maior número) e 1.794 municípios. Apesar de diversos avanços sociais e econômicos na região, ainda persiste uma desigualdade de renda em comparação com as demais regiões do país e também de forma inter-regional (BANCO DO NORDESTE, 2019). Além disso, o semiárido, região brasileira em processo de grave desertificação, situa-se majoritariamente na região Nordeste. Caracterizado por um alto nível de pobreza e baixos indicadores sociais, o semiárido é habitado por cerca de metade da população brasileira que vive abaixo da linha da pobreza; nesta área, cerca de 8 milhões de pessoas recebem o Bolsa Família (ASA BRASIL, 2017).

1.2.OBJETIVOS DO PROGRAMA CLEAR NORDESTE

Atualmente, já existem iniciativas em M&A no Nordeste por parte de governos, universidades e parceiros de desenvolvimento. Assim, a proposta de criação do Programa Clear Nordeste é a de se somar às iniciativas em vigor, fortalecendo-as e fomentando a criação de um canal cooperativo que estimule e consolide o desenvolvimento de uma cultura de política pública baseada em evidência. O Programa também almeja contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas regionais. Os principais objetivos do Programa Clear Nordeste são:

1. Apoiar os governos no desenvolvimento e fortalecimento de sistemas de M&A, com o intuito de aferir o desempenho governamental e a qualidade do gasto público, bem como promover o uso de evidências na tomada de decisão sobre políticas públicas;

2. Colaborar para o desenvolvimento de capacidades em M&A da região, por meio da realização de cursos e de avaliações, assim como da elaboração de currículos, guias e manuais, dentre outros;
3. Constituir uma parceria na qual haja ampla aprendizagem para o desenvolvimento de um ecossistema regional em M&A, na qual parceiros possam compartilhar conhecimentos e aprender uns com os outros, de forma a fortalecer as capacidades locais em M&A;
4. Contribuir, no longo prazo, para melhores resultados em direção às metas regionais e nacionais de desenvolvimento, aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e, em última análise, para a redução das desigualdades sociais no Nordeste.

2. SEMINÁRIO DE LANÇAMENTO DO PROGRAMA CLEAR NORDESTE

O Seminário Regional de lançamento do Programa Clear Nordeste inaugurou uma primeira etapa de sensibilização de governos e de instituições acadêmicas e da sociedade civil para adesão à iniciativa. O propósito foi o de contribuir com o mapeamento preliminar de lacunas e de oportunidades em M&A na região. A programação do seminário encontra-se no Anexo 1.

As discussões e reflexões advindas do Seminário são importantes, pois contribuem para a elaboração do plano de ação e para a estruturação de uma governança junto aos pontos focais indicados pelo público-alvo durante e após o evento. A proposta é a de que o plano de ação, a ser desenvolvido conjuntamente, identifique demandas, capacidades e prioridades para formulação de estratégias e de responsabilidades a serem desenvolvidas e desempenhadas.

2.1 OBJETIVOS DO SEMINÁRIO

- I) Divulgar e lançar o Programa Clear Nordeste.
- II) Sensibilizar governos estaduais e instituições acadêmicas e da sociedade civil para adesão ao Programa Clear Nordeste.
- III) Obter indicação de pontos focais pelos governos estaduais e por instituições acadêmicas e da sociedade civil.
- IV) Mapear preliminarmente lacunas e oportunidades em M&A na região Nordeste.

2.2.DATAS E LOCAL

O seminário foi realizado em plataforma online (Zoom), com duração total de 05 horas, distribuídas em 2 sessões de 2 horas e meia de duração cada, nos dias 13 e 14 de julho de 2021. O horário das sessões foi entre 09:00 e 11:30 horas (horário de Brasília).

2.3 INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES

O seminário contou com a participação de representantes de 27 instituições ligadas a governos estaduais, municipal, instituições acadêmicas, tribunais de contas, Consórcio Nordeste, Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE),

Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação (RBMA) e instituições diversas como Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD) e Global Evaluation Initiative (GEI). A lista das instituições participantes é apresentada no Anexo 2.

3. RESULTADOS DO SEMINÁRIO

Esta seção apresenta os principais resultados do seminário de lançamento do Programa Clear Nordeste.

Para ter acesso à gravação do evento e às apresentações, acessar: <http://fgvclear.org/pt/acesse-os-materiais-do-lancamento-do-programa-clear-nordeste/>.

3.1 RESUMOS DOS PAINÉIS DO DIA 13 DE JULHO DE 2021

3.1.1 Sessão de abertura do seminário

A sessão de abertura do seminário reuniu atores fundamentais ao sucesso do Programa Clear Nordeste, seja por sua atuação regional, como é o caso de gestores e de acadêmicos localizados nesta região, seja por sua atuação global, como é o caso do GEI. Neste sentido, a sessão de abertura conduzida pelo Professor **André Portela** – Diretor do FGV EESP Clear, indicou a relevância destes atores para a agenda de M&A e para o alcance do objetivo maior do Programa, que é difundir uma cultura de política baseada em evidência. O Professor Portela destacou que a iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) se deu em 2010 motivada pelo alcance dos Objetivos do Milênio. Para tanto, foi constituído um fundo envolvendo múltiplos atores, governos e parceiros de vários países, de modo a incentivar a disseminação dessa cultura. A partir disso, os centros Clear começaram a ter representações pelo mundo através de parcerias e da escolha criteriosa por centros de excelência, como é o caso do FGV no Brasil. Finalmente, o Professor Portela ressaltou que, dentre outras, a razão pela escolha da região Nordeste para a expansão das atividades do Clear se relaciona às questões socioeconômicas que caracterizam esta região. Portanto, o adequado desenho de políticas públicas baseado em evidências pode colaborar para o enfrentamento a estas questões e a cooperação entre parceiros pode favorecer este processo, conforme destacou o Gerente-Geral da Iniciativa Global de Avaliação, Dugan Fraser.

De acordo com **Dugan Fraser**, o sucesso destas iniciativas está amparado por trabalhos cooperativos que têm por fim a efetividade das políticas públicas. Deste modo, a participação de gestores e de atores regionais é fundamental para o alcance dos objetivos pretendidos. Por todas estas questões é que o GEI tem apoiado estas iniciativas. Nesta perspectiva, **Paulo César Miguez**, Reitor em Exercício da UFBA, destacou a relevância da iniciativa, especialmente no atual contexto. De acordo com o Reitor em Exercício, isto fortalece as relações institucionais, além do fato de que as ações do FGV EESP Clear e do Consórcio Nordeste podem ocasionar transformações regionais ao ratificarem a necessidade do uso de evidências para a definição de políticas públicas, especialmente em regiões nas quais a desigualdade é latente. Ademais, Paulo César Miguez destaca que esta iniciativa, para além de todas as outras questões, é ainda mais importante para as universidades quando se considera a fragilidade política do Brasil, uma vez que tende a favorecer o diálogo e a fortalecer o uso de evidências.

Por sua vez, **Roberto Santos**, Secretário Adjunto de Planejamento e Orçamento do Estado do Maranhão– que representou a Secretária de Estado de Planejamento e Orçamento do Maranhão e também presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Planejamento (CONSEPLAN), Cynthia Mota– destacou que a diversidade cultural, ambiental e as iniciativas institucionais da região Nordeste, para além dos problemas sociais, tende a fortalecer a iniciativa do FGV EESP Clear, especialmente quando considerados o interesse e as ações de alguns governos da região Nordeste na área de M&A.

Em perspectiva similar, **Maria Fernanda Coelho**– Subsecretária de Programa do Consórcio Nordeste, ressaltou que a discussão de políticas públicas baseadas em evidências é muito importante, uma vez que a evidência é sempre pautada no diagnóstico e é capaz de definir causas e efeitos dentro de determinado território. Segundo a Subsecretária, no âmbito do Consórcio Nordeste, isso é muito relevante, especialmente para as discussões nas câmaras temáticas. Destacou, ainda, que o uso de evidências tem relevância primordial na tomada de decisão, buscando diminuir a distância entre a expectativa do criador da política pública e as condições concretas em que as ações serão executadas. Por essa razão, reforçou a subsecretária, cabe ao gestor usar evidências de modo responsável e de forma a gerar o bem-estar público, o que tem sido um esforço do Consórcio Nordeste, através da geração de acordos e de pactos no âmbito regional, com vistas a fortalecer também as políticas públicas já existentes.

3.1.2 Sistemas de M&A de políticas públicas

No painel de debate que discutiu sistemas de M&A de políticas públicas foi destacado o uso de evidência na tomada de decisão política através das ferramentas de M&A. Neste sentido, **Lycia Lima**, Vice-Diretora do FGV EESP Clear, destacou que a definição das linhas de atuação do Clear relacionadas ao desenvolvimento de habilidades em M&A, desenvolvimento de uma cultura de tomada de decisão com base em evidência, geração de evidências e, finalmente, a disseminação de conhecimento em M&A é fundamental para o alcance dos objetivos pretendidos relacionados à eficácia das políticas públicas. Também apresentou os conceitos de monitoramento e de avaliação e como gerar evidências ao longo do ciclo da política pública. Mencionou, ainda, os avanços obtidos pelo Brasil na institucionalização da avaliação de políticas dentro do governo.

Na sequência, **Gabriela Lacerda**, Gerente de Relações Institucionais do FGV EESP Clear, destacou a relevância das ferramentas de M&A para a gestão pública, especialmente porque o uso destas ferramentas potencializa as chances de a política ser desenhada e implementada da forma mais adequada e atingir, assim, os objetivos desejados. A fim de alcançar estes objetivos, a consideração sobre o ciclo da política é fundamental, sobretudo, ao se considerar a possibilidade de geração de evidência ao longo deste processo.

No caso do Brasil, Gabriela Lacerda destacou iniciativas pioneiras dos sistemas de M&A do Governo Federal e do Estado do Espírito Santo. Finalmente, indicou que os objetivos dos sistemas de M&A se relacionam à medição de resultados produzidos pelo governo, ao aperfeiçoamento de políticas públicas, à definição sobre alocação de recursos orçamentários e à promoção da transparência. Por tudo isso, observa-se uma crescente demanda dos governos localizados na região Nordeste do Brasil pela implementação de práticas e de sistemas de M&A, conforme será evidenciado no painel de debate 2, através das experiências de governos.

3.1.3 O que é o Programa Clear Nordeste

Gervásio Santos, Professor da UFBA, Pesquisador do CIDACS e Pesquisador Associado do FGV EESP Clear, destacou a importância do Programa Clear Nordeste. De acordo com o Professor, o Programa visa fortalecer o uso de evidências em políticas públicas na região Nordeste do Brasil e tem como objetivos a disseminação de uma cultura de política pública baseada em evidência, o aperfeiçoamento de políticas públicas regionais, o melhoramento da qualidade do gasto público e a contribuição com os ODS e com as metas da Agenda 2030. Para tanto, a estratégia do Programa para o alcance destes objetivos passa pela formação, desenvolvimento de guias, geração de evidências e, por fim, pelas políticas públicas de M&A.

3.1.4 Construindo capacidades em M&A no Nordeste

Este painel de debate apresentou os esforços de alguns governos situados na região Nordeste para a construção de capacidades relacionadas a M&A. Neste sentido, evidenciou as experiências dos governos do Estado do Ceará, do Maranhão, de Pernambuco e da Bahia, como se segue.

No caso do Estado do Ceará, **João Mário França**, Diretor-Geral do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), ressaltou a relevância do uso de evidência na gestão pública e que esta preocupação se solidificou no Estado do Ceará através da institucionalização da Gestão Por Resultados feita através do Decreto 32.216 de 08 maio de 2017 e pela criação do Centro de Análise de Dados e Avaliação de Políticas Públicas (CAPP). Este Centro objetiva, primordialmente, o desenho, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas e de programas no âmbito do governo estadual. Deste modo, a fim de aprimorar essas iniciativas e de fortalecer o uso das ferramentas de M&A entende como fundamental a correção de lacunas na produção de informações necessárias à avaliação.

Alinhado a esta perspectiva, o Governo do Estado do Maranhão tem feito esforços no mesmo sentido. De acordo com **Roberto Matos**, Secretário Adjunto de Planejamento e Orçamento do Estado, o Governo do Maranhão entende que a gestão pública deve se amparar no uso de evidências e, para isso, a parceria com a Escola de Governo do Estado do Maranhão-EGMA, com as universidades e com demais instituições, a fim de capacitar técnicos e gestores, é fundamental. Além disso, os tipos de metodologias de M&A adotados pelo Governo do Estado contribuem para a esse propósito. Especificamente, há as avaliações *ex ante*, como as avaliações de desenho, e as avaliações *ex post*, tais quais a avaliação sintética, a avaliação de gestão e a avaliação de impacto.

No que diz respeito ao desenvolvimento de capacidades em M&A para a construção de políticas públicas, o Governo do Maranhão em parceria com a EGMA criou a Trilha de Aprendizagem em Gestão Pública que busca, dentre outros, desenvolver competências em gestão pública, preparar técnicos que atuam diretamente na gestão de políticas públicas e prestar tutoria e acompanhamento com mentores especializados. O Secretário Adjunto destacou que o uso de evidências permitiu ao Estado ganhos relacionados tanto à gestão fiscal quanto ao aprendizado

relacionado a processos. A partir disso, veem na governança de dados e na gestão estratégica de pessoas uma oportunidade para a melhoria da tomada de decisão.

De igual modo, fala-se das experiências com M&A no Estado de Pernambuco. De acordo com a Secretária de Gestão Por Resultados, **Maria Teresa**, é preciso destacar a experiência do Governo de Pernambuco com M&A, com a formulação de política a partir da escuta da população, com o plano de governo e com a criação de metas. Além disso, há a definição de metas e de indicadores a serem alcançados no longo prazo, a consideração da Agenda 2030 – dando especial atenção às dimensões sociais, econômicas e ambientais, a preocupação com a continuidade das políticas de estado e, especialmente, a relevância de programas como o Pacto Pela Vida, Pacto Pela Saúde e Pacto Pela Educação. A Secretária destacou, ainda, os programas de incentivo e de fortalecimento da política de gestão por resultados, a saber: Prêmio de Defesa Social- PDS; Gratificação Pacto Pela Vida- GPPV e; Bônus de Desempenho Educacional- BDE. Importante ressaltar também que o Governo tem dado especial atenção à avaliação (concluídas ou em execução) de políticas como “CNH popular”, “Educação Integrada”, “Programa atitude”, dentre outros.

Há, ainda, o desenvolvimento de capacidades através da “trilha de M&A de políticas públicas”, oficinas de monitoramento, o Programa Educa SEPLAG e cursos de formação da Secretaria de Defesa Social. A partir dessas experiências a Secretária destacou que os processos de melhoria e de avanço perpassam pela necessidade de estruturação dos dados disponíveis, estabelecimento de indicador-chave por área, integração e liderança presentes no processo decisório como fatores de sucesso, órgão central responsável pela gestão de M&A como estratégia positiva, estruturação de carreira pública de gestão e que, finalmente, é preciso haver políticas de incentivo para aproximação da área fim da gestão de estratégia da gestão por resultados e haver também disseminação em todos os níveis hierárquicos da política pública estabelecida.

Por fim, **Maria Lúcia Carvalho**, Assessora da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado da Bahia, também entende que as ferramentas de M&A podem fortalecer a tomada de decisão. Deste modo, a existência da Superintendência de M&A no organograma da SEPLAN, a existência da portaria nº 17 de dezembro de 2020 e a minuta do decreto que trata sobre o Marco Legal do Sistema Estadual de Planejamento e Gestão (SEPEGE) evidenciam o panorama institucional do M&A no órgão supracitado. Além disso, o apoio a processos de planejamento, monitoramento e avaliação e a elaboração da LDO e da LOA e o desenvolvimento de capacidades em M&A reforçam o entendimento estadual sobre o uso de evidências na gestão pública. Como lacunas, entende que há questões relacionadas à estruturação de dados, pactos e acordos de resultados entre dirigentes, formação e capacidade em M&A, estrutura e organograma dos órgãos bem como a cultura de M&A nas instâncias governamentais. Por esse motivo, a articulação com secretarias sistêmicas e a criação de uma Escola de Planejamento e Gestão Estratégica seriam oportunidades que favoreceriam o uso das ferramentas de M&A, concluiu a Assessora.

3.2 RESUMOS DOS PAINÉIS DO DIA 14 DE JULHO DE 2021

3.2.1 Avaliação, parcerias e cooperação regional

O Painel de debate “Avaliação, parcerias e cooperação Regional” contou com a colaboração do Economista-Chefe do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Luiz Esteves, da Assessora Sênior

do Escritório de Avaliação e Supervisão do BID- Ana Maria Linares, do Oficial-Sênior de Operações do Grupo Independente de Avaliação do Banco Mundial, Leonardo Lemes, da Coordenadora de Planejamento Estratégico do PNUD, Juliana Wenceslau, da Coordenadora de Cooperação Descentralizada do PNUD, Ieva Lazareviciute e, finalmente, do Subsecretário de Programa do Consórcio Nordeste, Sérgio Leite.

Ana Maria Linares destacou, principalmente, as ações do Escritório de Avaliação e Supervisão do Banco Interamericano de Desenvolvimento e da Rede de Desenvolvimento de Capacidades de Avaliação (ReDeCa). Em relação ao escritório, Ana Maria indicou que a finalidade do mesmo é apoiar o fortalecimento dos sistemas e capacidades de avaliação nos países da América Latina e Caribe (LAC). Por sua vez, o Projeto ReDeCa, que reúne unidades responsáveis por avaliações nas instituições de desenvolvimento, funciona como um fórum para fortalecer os sistemas e capacidades de avaliação na LAC e é um projeto piloto no Brasil. Seus principais objetivos são: promover o fortalecimento das capacidades de avaliação das instituições participantes, ser um fórum onde profissionais de avaliação possam trocar ideias, conhecimentos, boas práticas e aprender uns com os outros, além de buscar aumentar o interesse, a demanda e promover o uso de avaliação.

Já o Economista-Chefe do BNB, **Luiz Esteves**, destacou que a instituição supracitada faz avaliação há mais de 10 anos, especialmente por conta dos fundos constitucionais e de linhas de microcrédito. Neste sentido, entende que não basta fazer avaliação, é preciso identificar como utilizá-la para melhorar a política pública. Para Esteves, o seguimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) como métrica para avaliação de políticas públicas tende a favorecer a efetividade das mesmas, primeiro porque há um respaldo internacional; segundo, porque já há metas bem definidas sobre o que e aonde chegar. Para tanto, é preciso assegurar que as avaliações sejam executadas adequadamente, a fim de evidenciar os reais impactos e subsidiar as políticas almejadas. Portanto, o propósito das avaliações é garantir a melhoria das políticas públicas e por isso a métrica é tão relevante. Ademais, Esteves ressaltou que a disposição de financiadores em colaborar com projetos existe e que a definição por quais projetos financiar perpassa, muitas vezes, pela qualidade e pela métrica desses projetos.

Em perspectiva similar, **Sérgio Leite**, Subsecretário de Programa do Consórcio Nordeste, destacou a relevância da iniciativa do Programa Clear Nordeste, sobretudo porque reforça a importância do monitoramento e da avaliação de políticas públicas. Neste sentido, no âmbito do Consórcio Nordeste, o Subsecretário ressaltou que as câmaras temáticas (18), que têm funções bem definidas, são essenciais. Considerando estas questões, há iniciativas de suporte à estas câmaras relacionadas à plataforma de investimento, convênios e acordo de cooperação técnica, conselho de administração, escritório de projetos, comitê científico e observatório do Nordeste. Deste modo, a fim de atingir os objetivos propostos, foram definidas tarefas comuns às câmaras temáticas relacionadas à elaboração de um plano de ações integradas, mapeamento de políticas, programas e legislações comuns, publicação de *ebook* de boas práticas até dezembro de 2021, articulação permanente, entregas objetivas e, finalmente, identificação de estratégias de financiamento e de temas transversais e de como tratá-los. Por fim, o Subsecretário destaca que os critérios de avaliação adotados pelo Consórcio são norteados pelos ODS.

No que concerne à atuação do PNUD em relação às políticas de M&A, **Juliana Wenceslau** destacou a utilização do Atlas de Desenvolvimento Humano como ferramenta importante. Neste sentido, a definição de indicadores adequados, capazes de mensurar o desenvolvimento das regiões, tem o potencial de favorecer as políticas públicas, reforçou Juliana. Considerando tais aspectos, **Ieva** indicou que isto é fundamentalmente importante para a construção da teoria da mudança, uma vez que depende da qualidade dos indicadores e de informações capazes de direcionar políticas, permitindo, assim, análises objetivas. Além disso, a utilização destas informações auxilia os parceiros subnacionais na construção de políticas públicas. Por fim, Ieva reforçou que os diálogos do PNUD com a SUDENE e com o Consórcio Nordeste, por exemplo, tendem a favorecer a elaboração de políticas públicas para a região Nordeste.

Em relação ao GEI, **Leonardo Lemes** destacou a relevância da iniciativa do Programa Consórcio Nordeste e que, neste sentido, o GEI, caracterizado pela adesão de parceiros, busca melhorar a efetividade de políticas através do desenvolvimento de melhores sistemas de M&A e do desenvolvimento de capacidades nos países. Além disso, há uma preocupação do GEI com o fortalecimento das capacidades em M&A através de abordagens multinível, multifacetada e envolvendo múltiplas partes interessadas. Em resumo, o GEI busca construir sistemas de M&A nos países e fortalecer capacidades e, para tanto, conta com a colaboração de muitos parceiros, a exemplo do Clear.

3.2.2 Evidências em políticas públicas: contribuições das instituições de pesquisa

Finalmente, o último painel do Seminário contou com a contribuição das instituições de pesquisa. Especificamente, os professores e pesquisadores convidados evidenciaram como majorar os impactos das pesquisas acadêmicas na gestão pública e na sociedade através da utilização de evidências. Segundo **Aléssio Almeida**, Professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a cooperação entre academia e governo tende a potencializar os efeitos das políticas públicas, uma vez que a universidade possui ferramentas e corpo técnico capacitados. Assim, a experiência com avaliação *ex post* de políticas públicas como o Programa Farmácia Popular do Brasil, Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social na Área de Educação (CEBAS) e Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), por exemplo, evidenciaram a relevância desta parceria e mostraram a relevância do planejamento para a implantação das políticas. Além disso, o Professor Aléssio destacou a experiência com o desenvolvimento de informação de monitoramento e avaliação de desempenho através do Laboratório de Estudos de Monitoramento e Avaliação (LEMA) da UFPB.

Na mesma perspectiva, **Gustavo Sampaio**, Professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), compartilhou a experiência sobre os trabalhos feitos pelo Grupo de Avaliação de Políticas Públicas e Econômicas (GAPPE) da UFPE e trabalhos avaliativos realizados a fim de consubstanciar políticas de governo, a saber: Programa Estação Cidadania (Ministério da Cidadania), Programa Líderes de Organizações Criminosas, desenvolvido em parceria com o Ministério da Justiça, que analisou o impacto da criminalidade a nível local e, por último, apresentou resultados de um projeto desenvolvido com o extinto Ministério da Cultura para analisar a demanda por audiovisual no Brasil.

Guilherme Irffi, Professor da Universidade Federal do Ceará (UFC), destacou os trabalhos desenvolvidos pelo Centro de Gestão Para Resultados (CGPR/ UFC) e algumas avaliações feitas

em decorrência destes trabalhos. Assim, foram feitas avaliações sobre os efeitos heterogêneos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste na região do semiárido, sobre mecanismos de incentivo e seus resultados educacionais no Ceará, sobre o Programa Nova Semente em Petrolina- PE, sobre a alfabetização dos alunos do 3º ano do ensino fundamental e também avaliação de impacto da Casa de Parto de São Sebastião- DF, a fim de analisar os efeitos do parto humanizado sobre indicadores neonatais, obstétricos e maternos.

Finalmente, **Maurício Barreto**, Professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Coordenador do Centro Integrado de Dados para a Saúde (CIDACS), falou da importância de se produzir evidências para as políticas de saúde e que isto é algo comum neste campo. Neste sentido, destacou o estudo randomizado feito para a região Nordeste do Brasil para identificar os efeitos da suplementação de vitamina A sobre infecções agudas do trato respiratório inferior em crianças pequenas. Os resultados do estudo foram positivos e por isso foram usados para a criação, no Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN)– através da Portaria de número 2.160, de 29 de dezembro de 1994– do Programa Nacional de Controle das Deficiências de vitamina A. A partir disso, foram aprovadas as diretrizes e as estratégias do Programa supracitado, instituído o grupo técnico-executivo com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades do Programa em nível nacional, além de instituir um comitê assessor do Programa.

Sob lógica similar, o Professor Maurício ressaltou a importância de outro estudo, também significativo, que estudou mais de 300 mil crianças localizadas nas cidades de Salvador e de Manaus. A definição pelo recorte geográfico, de acordo com o Professor Maurício, se deu por questões específicas, de modo randomizado, para identificar a necessidade de revacinação da vacina BCG. O resultado do estudo mostrou que revacinar crianças não teria nenhum impacto sobre a saúde das mesmas.

Isto posto, a proposta dos painéis de debates do Seminário de lançamento do Programa Clear Nordeste cumpriu adequadamente a sua função, uma vez que o conjunto de apresentações evidenciou a relevância do uso de evidências científicas sobre a efetividade das políticas públicas. As evidências mostraram que a adequada seleção de dados, métodos e execução da pesquisa tende a gerar maiores e melhores resultados relacionados às decisões políticas.

3.3 ESCUTA E CONSTRUÇÃO

O seminário de lançamento do Programa Clear Nordeste proporcionou um espaço para escuta e diálogo acerca das experiências, percepções e principais necessidades dos agentes envolvidos regionalmente bem como de atores fundamentais à disseminação de conhecimentos relacionados a SMA, tais como Banco Mundial e GEI, por exemplo. Assim, a consecução da proposta de trabalho do Programa Clear Nordeste se dará a partir destes elementos. De maneira geral, as respostas ao formulário Escuta e as percepções de parceiros, instituições e governos que se manifestaram durante o seminário indicaram que as principais lacunas referentes a sistemas e capacidades em monitoramento e avaliação (M&A) se relacionam, muitas vezes, às questões culturais, que fazem com que as ferramentas de M&A sejam vistas como medidas de controle, o que dificulta a prática em determinados órgãos ou instituições.

Por outro lado, os participantes entendem que o desenvolvimento de um sistema institucional de M&A de políticas públicas pode ser visto como uma das principais oportunidades neste sentido e que a aproximação do Consórcio Nordeste e a criação de uma rede para disseminação e compartilhamento de experiências pode fortalecer este propósito. A fim de entender melhor estas questões e estruturar adequadamente uma proposta de trabalho, os Quadros de 1 a 5 apresentam as respostas de modo categorizado e em ordem de importância. A primeira coluna reúne as respostas de instituições diversas como SUDENE, BNB e RBMA, por exemplo. Por seu turno, a segunda coluna apresenta as respostas de professores e pesquisadores ligados às universidades e instituições de pesquisa. Na terceira coluna há as respostas de representantes de governos. Finalmente, a quarta coluna resume as respostas que foram ditas com maior frequências pelos três grupos mencionados.

Quadro 1- Sistematização das respostas: Principais lacunas em relação a sistemas e capacidades em M&A no Nordeste

RESPOSTAS INSTITUIÇÕES DIVERSAS	RESPOSTAS ACADEMIA	RESPOSTAS GOVERNO	RESUMO
1. Subutilização de instrumentos de planejamento; 2. Produção de informações; 3. Poucas normas; 4. Aspecto cultural; 5. Distância entre teoria e prática; 6. Pacto e acordo de resultados; 7. Formação de capacidades; 8. Estrutura e organograma dos órgãos.	1. Subutilização de instrumentos de planejamento; 2. Poucas normas; 3. Estrutura e Organograma dos órgãos; 4. Formação de capacidades; 5. Distância entre teoria e prática; 6. Produção de informações; 7. Aspecto cultural; 8. Pacto e acordo de resultados.	1. Subutilização de instrumentos de planejamento; 2. Aspecto cultural; 3. Pacto e acordo de resultados; 4. Formação de capacidades; 5. Produção de informações; 6. Estrutura e organograma dos órgãos; 7. Distância entre teoria e prática. 8. Poucas normas.	A maior parte dos participantes considera que a principal lacuna em relação a sistemas e capacidades em M&A no Nordeste se refere ao fato de que “os instrumentos de planejamento e orçamento são pouco utilizados para tomada de decisão governamental”.

Fonte: elaboração própria a partir das respostas obtidas durante o seminário de lançamento do Programa Clear Nordeste e por formulário.

Quadro 2- Sistematização das respostas: Principais oportunidades em relação a sistemas e capacidades em M&A no Nordeste

RESPOSTAS INSTITUIÇÕES DIVERSAS	RESPOSTAS ACADEMIA	RESPOSTAS GOVERNO	RESUMO
<ol style="list-style-type: none"> 1. Fortalecimento de laços com a academia, outros poderes e o terceiro setor; 2. Desenvolvimento de um sistema institucional de M&A de políticas públicas; 3. Desenvolvimento de competências avaliativas; 4. Articulação de rede para compartilhamento de experiências e expansão da cultura de avaliação; 5. Aprimoramento dos mecanismos de transparência e divulgação de resultados; 6. Elaboração de programa continuado de formação em M&A. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Articulação de rede para compartilhamento de experiências e expansão da cultura de avaliação; 2. Desenvolvimento de um sistema institucional de M&A de políticas públicas; 3. Aprimoramento dos mecanismos de transparência e divulgação de resultados; 4. Fortalecimento de laços com a academia, outros poderes e o terceiro setor; 5. Elaboração de programa continuado de formação em M&A; 6. Desenvolvimento de competências avaliativas. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolvimento de um sistema institucional de M&A de políticas públicas; 2. Articulação de rede para compartilhamento de experiências e expansão da cultura de avaliação; 3. Desenvolvimento de competências avaliativas; 4. Elaboração de programa continuado de formação em M&A; 5. Fortalecimento de laços com a academia, outros poderes e o terceiro setor; 6. Aprimoramento dos mecanismos de transparência e divulgação de resultados. 	<p>Neste aspecto, a maior parte dos participantes considera que o desenvolvimento de um sistema institucional de M&A de políticas públicas e o desenvolvimento de competências avaliativas sejam as principais oportunidades. Além disso, os participantes entendem que a criação de uma rede poderia fomentar a cultura e, por consequência, o compartilhamento de conhecimentos referentes a M&A.</p>

Fonte: elaboração própria a partir das respostas obtidas durante o seminário de lançamento do Programa Clear Nordeste e por formulário.

Quadro 3- Sistematização das respostas: Qual a sua opinião sobre lacunas para a geração de evidências no Nordeste?

RESPOSTAS INSTITUIÇÕES DIVERSAS	RESPOSTAS ACADEMIA	RESPOSTAS GOVERNO	RESUMO
<p>1. Prevalência dos interesses políticos partidários sem critérios investigativos/científicos;</p> <p>2. Ausência de cultura investigativa;</p> <p>3. Baixa produção de dados Carência de institucionalização efetiva do tema monitoramento e avaliação.</p>	<p>1. Ausência de capacidade estatais na administração municipal;</p> <p>2. Ausência de vontade política dos gestores;</p> <p>3. Ausência de cargos específicos;</p> <p>4. Ausência de legado institucional;</p> <p>5. Ausência de informações, de recursos financeiros, de cultura de avaliação e também de interesse;</p> <p>6. Inexistência de mapeamento de boas práticas, ausência de rede operacional para disseminar as práticas de M&A, falta formação básica aos técnicos das secretarias de planejamento.</p>	<p>1. Falta integração e conhecimento sobre M&A nos Entes subnacionais;</p> <p>2. Ausência de uma política continuada de formação de capacidades em M&A;</p> <p>3. Condições para realizar acordos e pactos de resultados;</p> <p>4. Aspecto cultural que impõe a avaliação como punição; e</p> <p>5. Ausência de uma base de dados integrada;</p> <p>6. Necessidade de institucionalização seja por sistema, lei ou decreto. A partir da incorporação das diretrizes de M&A será possível realizar iniciativas colaborativas como cursos e até a própria estruturação de um sistema, através da colaboração entre academia e governo, por exemplo;</p> <p>7. Disponibilidade de dados, fragilidade de capacidades e dos processos de avaliação;</p> <p>8. Falta uma cultura de práticas científicas metódicas e sistêmicas.</p>	<p>A maior parte dos participantes entende que as lacunas relacionadas à geração de evidências no Nordeste tem a ver com problemas relacionados à ausência de institucionalização, que falta uma cultura de práticas investigativas e isso recai sobre a ausência de dados e de política de formação continuada.</p>

Fonte: elaboração própria a partir das respostas obtidas durante o seminário de lançamento do Programa Clear Nordeste e por formulário.

Quadro 4- Sistematização das respostas: Qual a sua opinião sobre oportunidade para a geração de evidências no Nordeste?

RESPOSTAS INSTITUIÇÕES DIVERSAS	RESPOSTAS ACADEMIA	RESPOSTAS GOVERNO	RESUMO
<p>1. Uso efetivo dos resultados do monitoramento e avaliação para revisão de políticas públicas;</p> <p>2. Diversidade cultural.</p>	<p>1. Parceria com a academia e interesse de gestores;</p> <p>2. Melhorar a efetividade das políticas públicas;</p> <p>3. Iniciativas de universidades e institutos de pesquisa;</p> <p>4. Mapeamento das boas práticas de M&A já em funcionamento na região;</p> <p>5. Necessidade de um programa de formação básica para os gestores públicos, a fim deles entenderem e demandarem com mais propriedade serviços de M&A;</p> <p>6. Criação de uma rede de M&A;</p> <p>7. Articular com o Consórcio Nordeste diretrizes de M&A para ser encaminhada uma proposta de lei para as Assembleias Estaduais.</p>	<p>1. Boas práticas de entes federativos;</p> <p>2. Proposta elaborada para a criação de uma Escola de Planejamento e Gestão Estratégica;</p> <p>3. Aproximação com o Consórcio Nordeste.</p> <p>4. Colaboração entre academia e governo;</p> <p>5. Ações de controle a baixos custos, a fim de melhorar os resultados.</p>	<p>De maneira geral, os participantes entendem que a parceria com universidades, instituições e governos pode cooperar para a geração de evidências e para a identificação de boas práticas já existentes. Além disso, estas parcerias podem favorecer a institucionalização do M&A nos governos, a fim de assegurar a efetividade das políticas públicas. Por fim, a aproximação com o Consórcio Nordeste é vista como uma oportunidade de fortalecer a geração de evidências.</p>

Fonte: elaboração própria a partir das respostas obtidas durante o seminário de lançamento do Programa Clear Nordeste e por formulário.

Quadro 5- Sistematização das respostas: Gostaria de sugerir/ destacar algo que não foi mencionado anteriormente?

RESPOSTAS INSTITUIÇÕES DIVERSAS	RESPOSTAS ACADEMIA	RESPOSTAS GOVERNO	RESUMO
<p>1. Atuar junto com a RBMA na difusão de conhecimentos e práticas de maneira sincronizada e em parceria, aumentando o potencial de disseminação da cultura avaliativa.</p>	<p>1. Promoção de Seminários e de cursos sobre a importância do uso de indicadores no processo de gestão das políticas públicas e sobre M&A;</p> <p>2. Criação de um Sistema Nacional de Monitoramento e Avaliação, dada a fragilidade técnica dos estados e municípios;</p> <p>3. Parcerias entre órgãos e instituições a fim de gerar sistemas de informação e organizar bases de dados bem como parcerias com universidades com vistas a disseminar as ferramentas de M&A;</p> <p>4. Consideração de aspectos culturais.</p>	<p>1. Cooperação com o Programa CLEAR Nordeste, a fim de desenvolver e efetivar metodologias de M&A no Governo;</p> <p>2. Formação de uma rede com Seplans/Seplags e Universidades;</p> <p>3. Criação de um fórum de entidades de financiamento interno e externo; e</p> <p>4. Programa de residência de experiências em planejamento e gestão estratégica;</p> <p>5. Atuação de forma interfederativa com vistas à troca de ideias e, principalmente, de plataformas, metodologias, ferramentas, instrumentos de gestão, experiência, troca (experiência/ benchmarking).</p>	<p>Em suma, os participantes têm as mesmas percepções neste aspecto: necessidade de formação em M&A e construção de parcerias com os diferentes órgãos, instituições e universidades a fim de disseminar a cultura de M&A na região Nordeste e também para compartilhar experiências.</p>

Fonte: elaboração própria a partir das respostas obtidas durante o seminário de lançamento do Programa Clear Nordeste e por formulário.

3.4 PRÓXIMOS PASSOS

De acordo com o que foi informado no seminário de lançamento do Programa Clear Nordeste, a escuta sobre as experiências, percepções e necessidades dos atores regionais – como governos, academia, instituições e demais parceiros, acerca das lacunas e oportunidades em M&A guiarão o plano de trabalho a ser desenvolvido conjuntamente. Assim, a partir das principais observações feitas pelos participantes, conforme consta no presente relatório, foi delineado um documento, preliminar, pelo FGV EESP Clear contendo as possíveis estratégias para o plano de ação. Especificamente, os próximos passos devem incluir a apresentação das propostas, a fim de discutir prioridades junto aos pontos focais, definição dos responsáveis e a elaboração de um plano de ação e captação de recursos. Ressalta-se, mais uma vez, que isto será discutido e ajustado de acordo com as necessidades regionais e será definido, oportunamente, em reunião com os pontos focais.

ANEXOS

Anexo 1- Programação dia 13/07/2021





clear
CENTRO DE APRENDIZAGEM EM AVALIAÇÃO E RESULTADOS PARA O BRASIL E A ÁFRICA LUSÓFONA

FGV EESP
CENTRO DE APRENDIZAGEM EM AVALIAÇÃO E RESULTADOS PARA O BRASIL E A ÁFRICA LUSÓFONA

Seminário de lançamento do
Programa Clear Nordeste

www.fgvclear.org
#AvaliaNordeste

 **13/7**
9h às 11h30

 **Evento online**

PROGRAMAÇÃO

Abertura | 9h

Wellington Dias Governador do Estado do Piauí e Presidente do Consórcio Nordeste	Paulo César Miguez Vice-reitor da UFBA
André Portela Diretor do FGV EESP CLEAR	Cynthia Mota Secretária de Estado de Planejamento e Orçamento do Maranhão e Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Planejamento (Conseplan)
Dugan Fraser Gerente-geral da Iniciativa Global de Avaliação (GEI)	

Painel de debate 1 | 9h30

Sistemas de M&A de Políticas Públicas

Lycia Lima Vice-diretora do FGV EESP CLEAR

O Que é o Programa Clear Nordeste?

Gabriela Lacerda Coordenadora de Assistência Técnica do FGV EESP CLEAR

Gervásio Santos Professor da UFBA e Pesquisador do Cidacs

Intervalo | 10h

Painel de debate 2 | 10h05

Construindo Capacidades em M&A no Nordeste

Painelistas

Maria Teresa Araújo Secretária Executiva de Gestão por Resultados de Pernambuco

Maria Lúcia Carvalho Assessora da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia

João Mário S. França Diretor-geral do Ipece do Ceará

Roberto Santos Matos Secretário-adjunto de Planejamento e Orçamento do Maranhão

Moderação **Lycia Lima** Vice-diretora do FGV EESP CLEAR

Escuta e construção | 11h05

Lacunas e oportunidades para o desenvolvimento e fortalecimento de sistemas de M&A no Nordeste

Encerramento | 11h30

Anexo 1- Programação dia 14/07/2021



clear
CENTRO DE APRENDIZAGEM EM AVALIAÇÃO E RESULTADOS PARA O BRASIL E A ÁFRICA LUSÓFONA

FGV EESP
CENTRO DE APRENDIZAGEM EM AVALIAÇÃO E RESULTADOS PARA O BRASIL E A ÁFRICA LUSÓFONA

Seminário de lançamento do
Programa Clear Nordeste

www.fgvclear.org
#AvaliaNordeste



14/7
9h às 11h30



Evento online

PROGRAMAÇÃO

Painel de debate 1 | 9h

Avaliação, parcerias e cooperação regional

Painelistas

Luiz Alberto Esteves

Economista-chefe do Banco do Nordeste

Ana Maria Linares

Assessora Sênior do Escritório de Avaliação e Supervisão do BID

Moderação

Gervásio Santos

Professor da UFBA e Pesquisador do Cidacs

Leonardo Lemes

Oficial-sênior de Operações do Grupo Independente de Avaliação do Banco Mundial

Juliana Wenceslau

Coordenadora de Planejamento Estratégico do PNUD

Ieva Lazareviciute

Coordenadora de Cooperação Descentralizada do PNUD

Sérgio Leite

Subsecretário de Programa do Consórcio Nordeste

Painel de debate 2 | 10h

Evidências em políticas públicas: contribuições das instituições de pesquisa

Painelistas

Aléssio T. C. Almeida

Professor-adjunto do Departamento de Economia da UFPE

Gustavo Sampaio

Professor do Departamento de Economia da UFPE

Moderação

Lycia Lima

Vice-diretora do FGV EESP CLEAR

Guilherme Irff

Professor do Departamento de Economia da UFC

Maurício Barreto

Professor/Pesquisador da UFBA e Coordenador do Cidacs

Intervalo | 11h

Escuta e construção | 11h05

- Lacunas e oportunidades na geração de evidências de M&A no Nordeste
- Indicação de pontos focais

Sistematização do seminário e próximos passos | 11h25

Encerramento | 11h30

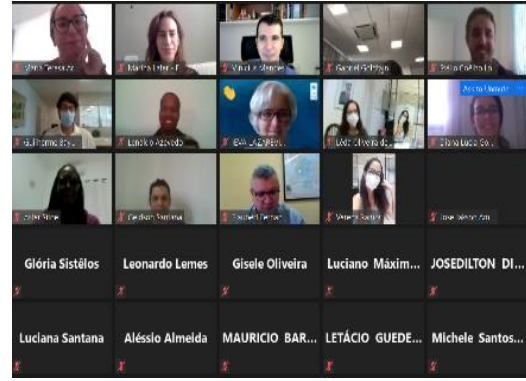
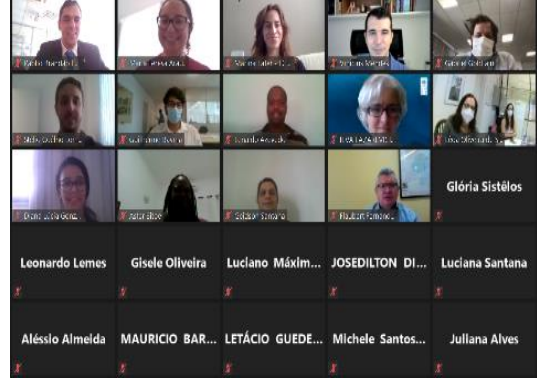


Anexo 2- Lista de órgãos/ instituições participantes do seminário de lançamento do Programa Clear Nordeste- julho 2021

Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio do Estado de Alagoas (SEPLAN- AL)
Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN-BA)
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento do Estado do Maranhão (SEPLAN-MA)
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)
Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Estado da Paraíba (SEPLAG-PB)
Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Pernambuco (SEPLAN-PE)
Secretaria de Estado do Planejamento do Estado do Piauí (SEPLAN-PI)
Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças do Estado do Rio Grande do Norte (SEPLAN-RN)
Secretaria de Estado da Administração do Governo de Sergipe (SEAD-SE)
Prefeitura da Cidade do Recife
Controladoria Geral do Estado da Paraíba
Tribunal de Contas do Estado da Paraíba
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Universidade Federal do Ceará (UFC)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para a Saúde (CIDACS)
Consórcio Nordeste
Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação (RBMA)
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)
Banco do Nordeste do Brasil (BNB)
Global Evaluation Initiative (GEI)
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Fonte: elaboração própria.

Anexo 3- Registro imagético



Anexo 4- Sobre o FGV EESP Clear

Os Centros de Aprendizagem em Avaliação e Resultados (Clear) constituem uma rede global única e fazem parte da Iniciativa Global de Avaliação (GEI), uma estratégia ancorada no Banco Mundial por meio do Grupo Independente de Avaliação (IEG), e no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Os Centros Clear têm como objetivo apoiar o fortalecimento das capacidades de avaliação nos países em desenvolvimento e promover políticas públicas baseadas em evidências.

Ao todo, seis centros abrigados em instituições acadêmicas de excelência assistem conjuntamente à Ásia, África e às Américas e estão localizados na Índia (Sul da Ásia), China (Extremo Oriente), África do Sul (África Anglófona), Senegal (África Francófona), Brasil (África Lusófona e Brasil) e México (América Latina e Caribe). Os Centros Clear, juntos com a sede global da Iniciativa Clear atuam em estreita colaboração, constituindo um ecossistema global, regional e local em avaliação, promovendo intercâmbio de conhecimento e melhores práticas em monitoramento e avaliação (M&A).

O Centro de Aprendizagem em Avaliação e Resultados para o Brasil e a África Lusófona (FGV EESP CLEAR) tem sede em São Paulo, Brasil, na Fundação Getulio Vargas (FGV), um conceituado *think tank* e instituição de ensino superior com dedicação à promoção do desenvolvimento econômico e social brasileiro. O FGV EESP CLEAR faz parte da Escola de Economia de São Paulo (EESP) como um núcleo do Centro de Estudos em Microeconomia Aplicada (C-Micro), beneficiando-se ainda do ambiente multidisciplinar da FGV, que conta com renomado programa acadêmico em Administração Pública e Governo da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (Eaesp).

O FGV EESP CLEAR atua em quatro principais eixos na área de M&A que contemplam (i) assistência técnica na implementação de sistemas próprios de M&A, (ii) produção de informações e evidências por meio de estudos e pesquisas, (iii) realização de treinamentos e capacitações técnicas, bem como (iv) difusão do conhecimento técnico da área de forma acessível a profissionais e estudantes. Em todas as atividades a perspectiva é produzir bens públicos, por isso a prioridade é “fazer junto”, visando transferência de tecnologia e de conhecimento. Nossos principais clientes e parceiros estratégicos são governos nacionais e subnacionais, sociedade civil, setor privado e outros desenvolvedores de capacitação em M&A.